

CRISE DO ALGODÃO BRASILEIRO PÓS-ABERTURA DOS ANOS 90 E AS CONDICIONANTES DA RETOMADA DA EXPANSÃO EM BASES COMPETITIVAS¹

José Sidnei Gonçalves²

1 - INTRODUÇÃO¹

O mercado brasileiro de algodão em pluma, após longo período de vigência de políticas de proteção do produto nacional, vive nos anos 90 uma realidade de abertura, uma vez que, nos últimos meses de 1989, as tarifas aduaneiras baixaram abruptamente de 55% para zero. Os efeitos sobre a cotonicultura nacional foram drásticos com perda de competitividade de parcela dos agricultores, levando-os, progressivamente a mudarem de atividade e, no caso dos arrendatários, deixarem o campo. Portanto, a análise do comportamento do mercado de algodão em pluma nos anos 90 realiza-se num contexto de economia aberta. Essa abertura do mercado brasileiro ao produto estrangeiro dá-se numa realidade do mercado internacional onde, para a agricultura, as tendências apontavam noutro sentido³.

O primeiro aspecto está no fracasso da Rodada Uruguay do General Agreement of Trade and Tariffs (GATT) em sua proposta de redução dos subsídios. Isso porque, como eles foram crescentes da metade dos anos 80 até o início dos 90, as reduções propostas acabaram configurando uma situação em que os níveis de

subsídios aprovados foram muito maiores do que os vigentes no início das negociações, e que já eram combatidos como altos. No algodão isso torna-se importante, pois, duas das maiores economias cotonicultoras mundiais, os Estados Unidos da América (EUA) e a União Européia (UE), estão entre as principais produtoras mundiais e também dentre as que praticam pesados subsídios. Isso não apenas aos cotonicultores, pelos mecanismos de preços, como também às exportações, pelo financiamento favorecido das transações⁴.

O segundo aspecto está na estrutura do mercado internacional de algodão em pluma, onde o predomínio de grandes *tradings companies* desqualifica a perspectiva de haver livre concorrência. Sustentadas por elevada capacidade de financiamento, com o domínio estratégico dos pontos nevrálgicos do fluxo de pluma nas transações internacionais, não foi difícil para essas organizações adentrarem rapidamente no mercado brasileiro, com vendas a taxas de juros muito inferiores às praticadas internamente (6 a 7% a.a., contra os 35 a 40% aqui praticados), bem como longos prazos de pagamento (270 a 360 dias). Nos anos posteriores a 1993, a estabilidade da moeda e do câmbio reduziram riscos e permitiram o crescimento das importações⁵.

¹Trata-se de versão ampliada do trabalho que, com o título de "Mercado de Algodão numa Economia Aberta, Brasil 1990-96", foi apresentado no 8º Simpósio de Mercados Futuros Agropecuários: Algodão e Boi, promovido pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), de 31/03 a 10/04/1997, em São Paulo.

²Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Sobre a crise do algodão brasileiro, ver o trabalho de URBAN et al. (1995), que discute desde a evolução do complexo têxtil até os impactos das diversas políticas públicas sobre a estrutura de produção dessa atividade, antes considerada um modelo de sucesso da modernidade e da capacidade nacional de forjar um núcleo competente de geração de tecnologia agropecuária. Sobre este último aspecto, ver o trabalho de AYER (1970).

⁴Sobre os resultados da Rodada Uruguai de negociações do GATT, concretizados como o cancelamento das políticas de subsídios européias e norte-americanas, ao invés de seu desmantelamento, ver LOPES (1994) e GONÇALVES (1996).

⁵Sobre o fato de que o mercado internacional foi gestado sob a égide de uma potência hegemônica, a Inglaterra, sustentando a expansão de suas empresas (as antigas Companhias da Índias Ocidentais e Orientais) e, portanto, nunca foi regido pela livre concorrência, e pelo desmantelamento dos acordos multilaterais de produtos básicos e não renovação das cláusulas econômicas dos acordos do café, açúcar e cacau, ver GONÇALVES e MARTIN (1994). Sobre a abertura da economia brasileira nos anos 90, sem contrapartida e expondo a agropecuária à concorrência desleal em vários produtos, ver GONÇALVES (1996).

Este trabalho objetiva discutir os efeitos da abertura da economia brasileira sobre a cotonicultura, nos seguintes pontos: a) verificar que níveis foram atingidos no sucateamento da estrutura produtiva então vigentes, b) caracterização da mudança da inserção nacional no mercado internacional onde, de importante exportador transformou-se na maior nação importadora, c) impactos dos mecanismos da política monetária que, forjando um diferencial elevado entre os juros internos e externos, favoreceram as importações. Finalizando, procura-se discutir as bases da retomada da produção nacional, onde, estruturalmente, a tendência revela uma configuração muito distinta daquela que vigiu no período áureo da cotonicultura brasileira. Com isso, o estudo procura contribuir para o debate em torno da necessidade estratégica, aceita por amplos segmentos do complexo têxtil brasileiro, de recompor a produção nacional em bases competitivas.

2 - REALIDADE RECENTE DO MERCADO MUNDIAL DO ALGODÃO E EM PLUMA

A produção mundial de algodão em pluma tem variado entre 16,7 e 20,8 milhões de toneladas entre as safras 1991/92 e 1996/97. O consumo mundial tem girado em torno de 18,5 milhões de toneladas, sendo que, apenas nas safras 1992/93 e 1993/94, a produção teve seu volume colhido menor. As importações variam entre 5,8 e 6,7 milhões de toneladas, e as exportações totalizam de 5,6 a 6,2 milhões de toneladas. Essas transações têm ficado num nível pouco abaixo dos estoques finais de cada safra, de 5,7 a 8 milhões de toneladas (Tabela 1). Essa conjuntura dos anos 90 explica o comportamento do mercado internacional dentro da normalidade, porque os estoques de pluma representam mais de 40% do consumo anual.

Os maiores produtores mundiais de algodão são os Estados Unidos, China, Índia, Paquistão, Uzbequistão e Turquia, enquanto que, no tocante ao consumo, destacam-se a China, Estados Unidos, Índia, Paquistão e União Européia. Os maiores importadores têm sido a União Européia, o Sudeste Asiático e o Brasil. No entanto, face ao fato de que os dois primeiros são blocos regionais, essa situação torna o

Brasil a maior nação importadora mundial. Os maiores exportadores são os Estados Unidos, Uzbequistão e a África Francesa, com o crescimento recente da Argentina em termos de participação nesse mercado.

A verificação do comportamento conjunto das variáveis área, produção e rendimento nas últimas safras mostra a alternância entre a China e os Estados Unidos na primeira posição em relação à produção, sendo que em ambos as áreas plantadas mostram quedas. As maiores superfícies cultivadas estão na Índia que, nesse aspecto, supera os principais produtores. Os maiores rendimentos são encontrados na Turquia, China e Uzbequistão, com níveis muitos superiores aos verificados no Brasil. Saliente-se, entretanto, que, no caso brasileiro, está se falando de cultivo de sequeiro, enquanto que nesses países predomina o plantio irrigado (Tabela 2).

Os preços internacionais têm variado, no período 1990-96, em torno da média de R\$0,97/lb, sendo que no ano de maiores preços atingiu-se R\$1,15/lb, e no de menores R\$0,83/lb. Essas variações têm ocorrido, fundamentalmente, em função dos níveis dos estoques internacionais, porque as elevadas quantidades armazenadas nas safras 1991/92 e 1992/93 geraram quedas de preços, a partir de novembro de 1991, e a frustração da safra 1993/94 fez subir os preços, após novembro de 1993. A recomposição dos estoques, que estão voltando aos patamares dos 8 milhões de toneladas fez os preços caírem em 1996, atingindo o piso do período 1990-97, com R\$0,83/lb. Situação essa que se mantém para o ano de 1997, como decorrência de mercados sobreabastecidos (Tabela 3).

Outro aspecto a destacar no comportamento dos preços internacionais de algodão em pluma revela-se no fato de que, mesmo nos anos de safras reduzidas, os estoques têm se mantido em níveis elevados. Com isso tem-se impedido movimentos especulativos muito violentos, com os preços variando em torno de 14% maiores e menores que as médias anuais. Outro aspecto a destacar no período analisado corresponde à sazonalidade dos preços, com os maiores valores ocorrendo no primeiro semestre (de fevereiro a junho) e os menores no segundo semestre (de julho a janeiro). Esse comportamento verifica-se exatamente no

sentido oposto à safra brasileira, que concentra-se no primeiro semestre. No geral, o comportamento dos preços de algodão em pluma reflete as políticas de sustentação de produção e inserção competitiva, notadamente dos Estados Unidos e União Européia, nações de origem das *tradings companies* que dominam o mercado internacional dessa *commodity*.

TABELA 1 - Balanço Mundial da Oferta e Demanda de Algodão em Pluma, 1990/91 a 1996/97

(em 1.000t)

Item	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97
Produção	20.832	17.952	16.700	18.620	19.992	18.804
Estados Unidos	3.835	3.531	3.513	4.281	3.897	4.126
China	5.683	4.507	3.745	4.333	4.768	3.810
Índia	2.023	2.346	2.066	2.354	2.720	2.678
Paquistão	2.177	1.540	1.368	1.361	1.785	1.481
Uzbequistão	1.443	1.274	1.321	1.258	1.250	1.045
Turquia	561	574	602	628	837	762
Consumo	18.733	18.673	18.840	18.444	18.355	18.580
China	4.463	4.681	4.638	4.398	4.246	4.137
Estados Unidos	2.093	2.232	2.268	2.438	2.309	2.395
Índia	1.889	2.125	2.159	2.296	2.482	2.569
Paquistão	1.411	1.444	1.464	1.470	1.524	1.546
União Européia	1.184	1.177	1.223	1.185	1.110	1.104
Sudeste da Ásia	904	924	981	991	962	988
Importação	6.362	5.884	6.065	6.726	5.830	5.817
União Européia	1.038	1.034	1.131	1.073	965	966
Sudeste da Ásia	944	903	986	972	956	999
Brasil	143	37	407	351	370	523
Japão	589	485	434	381	331	310
Koréia	392	373	368	380	337	316
Rússia	849	577	653	470	239	207
China	355	53	176	884	663	370
Exportação	6.145	5.570	5.821	6.200	5.913	5.854
Estados Unidos	1.447	1.132	1.494	2.047	1.671	1.372
Uzbequistão	1.132	1.197	1.263	1.090	980	936
África Francesa	489	446	441	584	609	713
Austrália	508	369	366	293	305	479
Índia	13	234	66	18	135	261
Paquistão	448	256	69	32	312	87
Argentina	123	65	69	197	218	316
Estoque Final	8.022	7.471	5.722	6.379	7.875	8.017
China	2.675	2.274	1.328	2.107	3.288	3.310
Estados Unidos	806	769	769	577	568	1.023



Paquistão	648	369	369	368	339	225
Índia	557	454	454	595	715	580
União Européia	336	359	359	372	381	389

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA).

TABELA 2 - Área, Produção e Rendimento do Algodão em Pluma, Principais Países, Safras 1995/96 e 1996/97

País	Área (1.000ha)		Rendimento (kg/ha)		Produção (1.000t)	
	1995/96	1996/97	1995/96	1996/97	1995/96	1996/97
China	5.422	4.600	879	828	4.768	3.810
Estados Unidos	6.478	5.253	602	754	3.897	3.960
Índia	9.650	8.500	309	307	2.669	2.613
Paquistão	3.000	3.200	588	517	1.764	1.655
Uzbequistão	1.500	1.500	833	769	1.250	1.154
Turquia	742	710	1.128	1.135	837	806
Argentina	940	900	417	472	392	425
Brasil	973	743	426	463	415	344
Paraguai	310	250	351	401	109	100
Mundo	35.382	33.527	563	568	19.918	19.042

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 3 - Preços Mensais Pagos pelo Importador de Algodão em Pluma, com Base no Câmbio Efetivo¹, 1990-96

(em centavos de R\$/libra-peso)

M ^o s	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Inferior	Média	Superior
Jan.	96	133	95	85	93	100	90	85	99	133
Fev.	99	129	90	90	106	103	89	89	101	129
Mar.	87	123	97	89	108	119	87	87	101	123
Abr.	102	123	97	89	108	121	87	87	104	123
Mai	101	125	99	85	112	112	86	85	103	125
Jun.	103	125	102	83	111	94	85	83	101	125
Jul.	108	118	105	84	111	86	81	81	99	118
Ago.	101	105	93	77	97	88	78	77	91	105
Set.	94	100	84	79	90	97	78	78	89	100
Out.	106	105	79	75	85	97	78	75	89	106
Nov.	118	99	81	75	87	94	79	75	90	118
Dez.	129	99	82	81	93	93	82	82	94	129
Média	104	115	92	83	100	100	83	83	97	115

¹Expressos em valores constantes de dezembro de 1996, deflacionados pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Dados básicos do World Cotton Situation.

3 - REALIDADE RECENTE DO MERCADO BRASILEIRO DO ALGODÃO EM PLUMA

O mercado brasileiro de algodão diferencia-se do vivenciado nas principais nações algodoeiras pela presença preponderante de transações de algodão em caroço pelos cotonicultores, enquanto que noutros países predomina o beneficiamento

como uma estrutura de prestação de serviços. Assim, existem, na verdade, dois mercados: o de algodão em caroço, no qual envolvem-se cotonicultores, maquinistas, compradores, cooperativas e algumas indústrias têxteis com integração para traz, e o de pluma, onde atuam cotonicultores, indústrias têxteis, corretores e *traders* importadores. Ressalte-se que tem ganho importância no Brasil a nova

Informações Econômicas, SP, v.27, n.3, mar. 1997.

cotonicultura integrada com grupos organizando os variados agronegócios do algodão, incluindo a produção de algodão, as algodojeiras e até mesmo a fiação. Essa revela-se a face de uma cotonicultura competitiva que tende a ser predominante num futuro próximo como um imperativo da competitividade.

Dentre esses, destacam-se os grupos Maeda (São Paulo e Goiás), Tadashi (São Paulo e Mato Grosso), Maggi (Mato Grosso), Sachetti (Mato Grosso), podendo ainda ser incluídas algumas cooperativas paranaenses, com destaque para a Cooperativa Agrícola de Campos Mourão (COAMO). Trata-se de plantios em escala, com áreas compatíveis com a mecanização intensa, notadamente na colheita, com estruturas próprias ou por meio de contratos com grandes cotonicultores. Essas estruturas estão integradas com algodojeiras próprias, quando não com fiações, e atuam diretamente no mercado de pluma ou de fio. No caso da COAMO, apesar de ainda operar com plantios de escala reduzida dado o perfil do seu universo de cooperados, vem procurando compatibilizar essa realidade com a necessidade de reestruturar sua produção, introduzindo mecanismos capazes de ampliar a colheita mecânica. Essa nova face da cotonicultura brasileira mostra-se extremamente competitiva, tem ganho expressão com a expansão no Brasil Central e no Oeste da Bahia, ganhando perfil compatível com o encontrado nos Estados Unidos e na Argentina. Essa diferenciação fundamental de estrutura de produção explica o porque desse país portenho ter se tornado o maior produtor do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e ocupado o lugar do Brasil como exportador mundial.

No Brasil, a oferta interna de algodão esteve entre 850 mil e 1 milhão de toneladas no período 1991-96, para uma demanda que ficou entre 775 mil e 860 mil toneladas. A produção nacional diminuiu de 717 mil toneladas para 340 mil toneladas, com as importações crescendo de 106 mil para 500 mil toneladas, enquanto as exportações atingiram 124 mil toneladas, em 1991, e tornaram-se insignificantes nos demais anos. Os estoques finais, que eram de 17 mil toneladas, alcançaram a faixa das 100 mil toneladas nos últimos anos, estoques estes mantidos fundamentalmente pela iniciativa privada (Tabela 4). No início do período eram suficientes para menos de 1 mês de consumo e,

atualmente, superam em pouco esse patamar, ou seja, os níveis elevados no mercado internacional, numa economia aberta, permitem operar com estoques reduzidos.

A distribuição regional da cotonicultura brasileira mostra a preponderância do Centro-Sul e a continuidade da tendência de redução do plantio. À exceção da região Norte, inexpressiva em termos do cultivo do algodão, todas as demais mostram redução de plantio entre as safras 1995/96 e 1996/97. A região Sul/Sudeste (São Paulo e Paraná), ainda a maior produtora nacional, apresenta a mais alta redução de plantio (-45,7%), diminuindo de 368 mil para 205 mil hectares. A produção só não será menor pelo crescimento da produtividade em todas as regiões brasileiras, com destaque para o Nordeste (Tabela 5). Outro aspecto importante a destacar revela-se na impropriedade, repetida a exaustão nos últimos tempos, de que a produtividade cotonícola nacional estaria muito aquém das obtidas nas maiores nações algodojeiras mundiais. O primeiro aspecto que desautoriza essas comparações está no fato de que no Brasil predominam os cultivos de sequeiro e que não podem ser comparados com os plantios irrigados do Egito e da Turquia. O segundo aspecto está na enorme disparidade regional dos rendimentos obtidos no Brasil, enquanto no Nordeste eles são baixos (191 e 248kg/ha nas últimas safras), no Centro-Sul se mostram compatíveis com os norte-americanos (589 e 646kg/ha).

As cotações do algodão em pluma na BM&F apresentaram tendência de queda no período 1990-96, saindo de patamares em torno de R\$0,97/lb para R\$0,84/lb (-13,4%). Esse também revela-se como o intervalo de variação dentro do qual insere-se a média de R\$0,91/lb (Tabela 6). Essas cotações refletem o comportamento dos preços no mercado internacional associados às condições de internalização do produto externo, tais como: câmbio e crédito, além da tramitação administrativa das importações. Destaque-se que, enquanto os preços internacionais apresentam uma sazonalidade característica, com maiores preços no primeiro semestre e menores no segundo, nas cotações do mercado paulista isso não se verifica, com valores variando em amplitudes reduzidas dentro do ano (R\$0,88/lb e R\$1,03/lb, para uma média de R\$0,91/lb). Numa economia aberta, esperava-se

que as cotações da pluma nas principais bolsas mundiais fossem próximas das verificadas nas nacionais, tal como se constata.

Na cotonicultura brasileira, quando se fala dos agricultores, assume relevância destacar o mercado de algodão em caroço. Isso porque a grande maioria dos produtores rurais vendem essa matéria-prima básica para os beneficiadores e, face à impossibilidade de armazenar-

TABELA 4 - Balanço de Oferta e Demanda de Algodão em Pluma, Brasil, 1990/91 a 1996/97

(em 1.000t)

Discriminação	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97
Oferta	859	852	998	1.011	990	938	946
Produção	717	667	420	483	537	415	340
Importação	106	168	501	367	282	390	500
Demanda	842	775	839	841	856	832	860
Consumo	718	742	830	837	804	830	850
Exportação	124	34	7	4	53	2	10
Estoque final	17	76	161	170	134	106	86
Governo	-	11	3	4	6	23	15
Privado	17	66	158	167	128	83	71
Mês de consumo	0,2	1,2	2,3	2,4	1,9	1,5	1,2

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 5 - Área, Produção e Rendimento do Algodão, Brasil e Regiões, Safras 1995/96 e 1996/97

Item/ano	Norte	Nordeste	Norte/ Nordeste	Sul/Su- deste	Centro- Oeste	Centro- Sul	Brasil
Área (1.000ha)							
1995/96	17	310	407	368	198	566	973
1996/97	18	342	360	205	178	383	743
Variação (%)	7,6	-12,3	-11,4	-45,7	-10,3	-32,5	-23,7
Produção (1.000t)							
1995/96	6	75	81	206	128	334	415
1996/97	8	85	93	123	124	247	340
Variação (%)	20,6	13,8	14,3	-40,3	-2,7	-26,0	-18,1
Rendimento (kg/ha)							
1995/96	368	191	199	560	644	529	426
1996/97	413	248	257	600	698	646	457
Variação (%)	12,2	29,8	29,1	7,1	8,5	22,1	7,3

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

mento nas propriedades, além de compromissos econômicos a saldar, acabam realizando negócios de maneira concentrada no período de safra, que vai de fevereiro a abril. As médias anuais de preços de algodão em caroço na safra apresentaram comportamento errático entre 1990 e 1993, anos em que, em razão das expectativas derivadas de queda da safra mundial, atingiu-se o pico de R\$10,23/@. Desde então, nota-se uma diminuição persistente para alcançar o menor preço na colheita de 1996, quando a arroba de algodão em caroço foi vendida, em média, por R\$7,07 (Tabela 7).

A média de R\$8,29/@, no período 1990-96, corresponde a um custo da pluma, enquanto matéria-prima, em torno de R\$0,75/lb, admitindo-se que o rendimento seja de 33% e que a venda do grão (caroço propriamente dito) cubra os custos do beneficiamento. Para as mesmas condições, o preço que vigiu na safra de 1996 representou R\$0,64/lb de custo da pluma nacional. Tomando-se o pico de média anual de preços de R\$10,23/@, essa conversão atingiria R\$0,92/lb (Tabela 7). Desse modo, fica claro

TABELA 6 - Cotações Mensais de Algodão em Pluma na Bolsa de Mercadorias & Futuros de São Paulo, 1990-96¹

(em centavos de R\$/libra peso)

Mº s	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Inferior	Média	Superior
Jan.	129	107	101	114	88	93	89	88	103	129
Fev.	99	101	91	108	91	91	88	88	96	108
Mar.	76	111	82	100	95	90	83	76	91	111
Abr.	73	103	82	101	95	86	75	73	88	103
Mai	103	100	78	96	95	80	79	78	90	103
Jun.	100	100	87	87	91	74	82	74	89	100
Jul.	102	97	94	83	97	69	80	69	89	102
Ago.	108	94	95	84	94	69	80	69	89	108
Set.	101	89	93	79	94	80	84	79	88	101
Out.	93	101	96	77	94	92	87	77	91	101
Nov.	85	82	101	77	97	92	88	77	89	101
Dez.	78	90	108	78	91	90	89	78	89	108
Média	96	98	92	90	94	84	84	84	91	98

¹Em valores constantes de dezembro de 1996 pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Dados básicos da Bolsa de Mercadorias & Futuro (BM&F).

TABELA 7 - Preços Médios Recebidos pelos Cotonicultores, Estado de São Paulo, 1990-96¹

(em R\$/15kg)

Mês	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Inferior	Média	Superior
Jan.	7,95	7,78	6,23	7,93	7,53	8,15	7,33	6,23	7,56	8,15
Fev.	7,77	8,31	7,60	11,54	8,50	7,91	7,20	7,20	8,40	11,54
Mar.	8,32	9,76	7,19	10,30	9,35	7,83	6,99	6,99	8,53	10,30
Abr.	6,30	9,38	7,18	8,86	8,75	8,01	7,02	6,30	7,93	9,38
Mai	8,32	8,96	6,32	8,36	8,64	7,62	7,27	7,27	7,93	8,96
Jun.	8,38	8,43	6,17	7,62	8,08	7,78	7,33	6,17	7,68	8,43
Jul.	8,19	8,05	7,00	7,07	8,88	6,45	7,40	6,45	7,58	8,88
Ago.	9,04	7,68	7,63	7,03	8,80	6,40	7,47	6,40	7,72	9,04
Set.	8,52	7,21	7,53	7,04	8,79	6,47	7,52	6,47	7,58	8,79
Out.	7,77	6,96	7,57	6,91	8,75	6,99	7,60	6,91	7,51	8,75
Nov.	7,06	6,48	7,81	7,02	8,72	7,18	7,57	6,48	7,41	8,72
Dez.	6,25	5,85	8,17	7,25	8,27	7,39	7,61	5,85	7,26	8,27
Média	7,46	9,15	7,32	10,23	8,87	7,92	7,07	7,07	8,29	10,23

¹Em valores constantes de dezembro de 1996 pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

que os preços internos de pluma são mais vantajosos que os internacionais, visto que, somando-se os custos de transporte e administrativos (estimados em cerca de R\$0,10/lb), a pluma internacional dificilmente seria colocada no Brasil por menos que R\$1,07 na média do período 1990-96. As razões das compras externas são, portanto, outras que não os preços internos, certamente ligadas aos prazos e juros internacionais que desequilibram a concorrência, dado os juros internos de 25% a.a., contra os externos de 7% a.a. e, prazos de pagamento de até 360 dias. Esses diferenciais a favor do produto externo, entretanto, se reduziram nos últimos anos e tendem a se anular com as medidas de fechamento do contrato de câmbio à vista no ato de desembarque.

Os preços internos, tanto de algodão em caroço como da pluma, na situação atual de economia aberta, acabam refletindo em muito a conjuntura dos negócios de importação, uma vez que o suprimento realiza-se majoritariamente com produto externo. Por outro lado, a enorme disparidade dos rendimentos, por se refletirem em custos muito diferenciados, faz com que os cotonicultores de alta tecnologia possam obter margens mais elevadas. Por outro lado, os plantadores de áreas de lavouras menores e com padrão de tecnologia menos adequado não apenas alcançam margens reduzidas, como a renda bruta total das famílias impede sua sobrevivência no campo com base apenas no cultivo de algodão. Essas disparidades forjam uma

transição conturbada, com a expansão da nova cotonicultura de escala realizando-se com a saída dos pequenos e médios produtores, em especial arrendatários, mantidos fora do processo de transformação. Trata-se de um retrocesso preocupante no âmbito social, e que deve ser alvo de medidas objetivas no sentido de minorar seus efeitos sobre o contingente de cotonicultores e trabalhadores rurais envolvidos. Essas medidas, entretanto, de maneira alguma podem obstar a retomada da cotonicultura em moldes competitivos como suporte à indústria têxtil nacional. A questão central consiste no fato de que, em nome da manutenção de uma realidade insustentável numa economia aberta, possa ocorrer a perda de um volume muito superior de emprego e de renda com o alastramento da crise por todo complexo têxtil e, mais que isso, pelos efeitos perversos das importações de algodão em pluma sobre o balanço de pagamentos nas contas externas brasileiras.

4 - BRASIL NO COMÉRCIO DE PLUMA: AQUISIÇÕES DA MAIOR NAÇÃO IMPORTADORA

Tendo claro que o Brasil constituiu-se na maior nação importadora de algodão em pluma, quando se avalia os países de maneira isolada, e que, estando numa economia continental, os efeitos regionais e a própria



alocação da estrutura industrial acomodam-se. É vantagem oferecida nas várias realidades internas, torna-se relevante detalhar esse processo de importação. Desde logo, a pluma consiste no item de maior volume físico e de dispêndio nas aquisições externas brasileiras, tendo saído de 103 mil toneladas, em 1991, e atingido 390 mil, em 1996, de um gasto crescente de US\$177 milhões para US\$740 milhões no mesmo período. Um aspecto importante revela-se nos preços crescentes pagos pela pluma importada, em 1992, eram US\$1.284/t e, em 1996, atingiu US\$1.897/t, num crescimento expressivo de 47,7% entre esses anos (Tabela 8). As perspectivas para 1997, baseadas nas previsões da safra 1996/97, dão conta de uma necessidade de compras externas de 560 mil toneladas de pluma que, aos preços dos últimos 2 anos, atingiriam o montante de gastos da ordem de US\$1 bilhão. Dessa maneira, com preços crescentes, pois, com o mercado já conquistado as *tradings companies* oferecem cada vez menos vantagens aos importadores brasileiros, e com a necessidade de equacionar-se os problemas do balanço de pagamentos, não há como deixar de adotar-se medidas que contenham essa espiral ascendente de importações de pluma.

Comparando o total das importações brasileiras de têxteis, nota-se que os demais itens da pauta apresentam menor peso no balanço de pagamentos. O volume de fios subiu de 671 para 8,9 mil toneladas e os gastos de US\$2,4 milhões para US\$26,7 milhões, no período 1992-96, com preços internacionais relativamente estáveis. Nos tecidos ocorre comportamento semelhante, com o volume subindo de 1.100 toneladas para 14,9 mil toneladas, para valores de dispêndio crescentes de US\$5,5 milhões a US\$52,9 milhões, entre 1992 e 1996. Após o pico de importação de tecidos em 1995, as medidas de elevação da tarifa aduaneira fizeram arrefecer a entrada de produtos estrangeiros já em 1996. Os preços de tecidos reduzem-se de US\$4.986/t para US\$3.556/t (-28,7%), frente a uma conjuntura de sobreoferta no mercado mundial. Revela-se assim a força política da indústria têxtil brasileira, que conseguiu engendrar medidas de política econômica capazes de reduzir as práticas de *dumping* de produto orientais, em especial os provenientes da Coreia, que ameaçavam inundar o mercado interno com efeitos danosos sobre a

indústria nacional. Ressalte-se que a importação de algodão em pluma não distribui-se de maneira homogênea por todo o território brasileiro, embora ocorra em todos os estados que produzem algodão (à exceção apenas da Bahia, pois o

TABELA 8 - Importações Brasileiras de Têxteis, 1991-96¹

Item	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Pluma						
Volume	103.804	165.115	499.035	365.729	282.332	390.000
Valor	177.069	211.917	649.869	561.634	548.765	740.000
Preço	1.706	1.284	1.302	1.536	1.944	1.897
Fios						
Volume	2.867	671	7.328	8.913	21.674	8.949
Valor	9.061	2.394	20.583	29.638	71.617	26.772
Preço	3.160	3.568	2.809	3.325	3.300	2.992
Tecidos						
Volume	3.435	1.100	2.738	8.626	22.458	14.877
Valor	14.417	5.485	11.044	33.423	109.085	52.896
Preço	4.197	4.986	4.034	3.875	4.857	3.556

¹Volume em toneladas, valor em US\$1.000 e preço médio em US\$/t.

Fonte: Ministério da Fazenda (MF), Departamento de Comércio Exterior (DECEX), Secretaria da Receita Federal (SRF).

Paraná, já em 1997, não deve produzir o suficiente para abastecer suas fiações). Assim, as compras externas passaram a se constituir em rotina da indústria têxtil em todos os estados (Tabela 9).

Os principais estados, em termos de parque de fiações, como: São Paulo, Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina detêm o maior consumo e os maiores índices de dependência da importação de pluma, com os maiores indicadores concentrando-se em Santa Catarina e Ceará, cujas cotoniculturas são incipientes. Destaque que o Estado de São Paulo, maior consumidor nacional, pela crise da sua cotonicultura, passou a depender de grandes volumes importados (Tabela 9). Essa realidade também contribuiu (junto com a oferta de outras vantagens no campo fiscal) para o recente deslocamento do parque paulista de fiações para outros estados. Como São Paulo não produz quantidades suficientes de pluma, a abertura do mercado brasileiro destruiu as vantagens de custo das fiações paulistas, protegidas, até então, pela tarifa aduaneira paga pelo produto importado, que dava proteção ao mercado interno e pela incidência do ICMS na origem nas operações interestaduais (que equivalia a uma barreira protecionista de 12% entre estados). Nas condições de mercado aberto, onde as operações de compras externas tornaram-se

mais vantajosas, ocorre um progressivo deslocamento espacial da própria indústria têxtil, com perda de competitividade da produção paulista. Os efeitos das condições do financiamento internacional sobre a alocação da estrutura industrial de fiações tornam-se nítidos quando se avaliam os dados regionais de importação segundo o regime cambial (Tabela 10).

Esses mesmos dados também mostram os efeitos diretos dessas condições dos negócios sobre a cotonicultura brasileira. No Brasil, como um todo, no período 1991-95, reduziu-se o percentual para aquisições internacionais de pluma pagas à vista (de 53% para 17%) e aumentaram-se as financiadas (47% para 83%). Regionalmente nota-se que nas regiões Sul e Nordeste esses índices são mais pronunciados com crescimento de 64% para 91% das importações com financiamento pelas fiações nordestinas (em particular as cearenses) e de 57% pelas sulistas (concentradas em Santa Catarina). Destoa desse quadro a indústria têxtil do Sudeste, com destaque para a paulista, que não apenas atingiu índices inferiores de importações financiadas, como esses índices reduziram-se no período 1993-95 (Tabela 10). Esses dados explicam o enorme poder político orquestrado pelas fiações cearenses e catarinenses, na defesa da manutenção da

abertura indiscriminada à importação de pluma, e até a defesa por esses segmentos (e não pelos nossos fornecedores internacionais) da tese de que a importação não teria sido a causa da crise da cottonicul-

TABELA 9 - Balanço Estadual da Produção e Consumo de Algodão em Pluma, Brasil, 1996 e 1997

(em 1.000t)

Estado	1996			1997		
	Consumo	Produção	%	Consumo	Produção	%
São Paulo	242,6	63,4	-73,9	249,8	56,4	-77,4
Ceará	151,8	12,6	-97,7	156,4	16,5	-89,4
Minas Gerais	117,0	23,1	-80,3	120,5	23,8	-80,3
Santa Catarina	94,5	-	-100	97,3	-	-100
Paraná	66,4	119,5	79,9	68,4	66,0	-3,5
Rio de Janeiro	33,7	-	-100	34,7	-	-100
Pernambuco	32,2	2,9	-91,0	33,2	1,6	-95,3
Sergipe	24,0	0,3	-98,7	24,7	0,3	-98,8
Paraíba	23,9	7,5	-68,6	24,6	4,5	-81,8
Rio Grande do Norte	22,7	9,1	-59,8	23,3	6,3	-73,0
Alagoas	2,8	1,7	-38,9	2,9	1,4	-52,2
Bahia	2,3	31,2	1.276,9	2,3	32,2	1.279,6
Subtotal	813,8	271,3	-66,7	838,2	208,9	-75,1
Outros	14,0	143,3	923,0	14,4	135,0	835,7
Total	827,8	414,6	-49,9	852,6	343,9	-59,7

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) e Bolsa de Mercadorias & Futuro (BM&F).

TABELA 10 - Importação de Algodão em Pluma, por Região de Entrada¹ e Natureza Cambial, Brasil, 1991-95

(em US\$1.000 CIF)

Ano	Nordeste				Sudeste			
	À vista	%	Financiado	%	À vista	%	Financiado	%
1991	1.002	36	1.769	64	29.189	89	3.621	11
1992	15.649	82	3.525	18	55.576	91	5.436	9
1993	24.263	16	131.820	84	83.575	31	188.548	69
1994	21.878	11	179.111	89	83.977	60	55.650	40
1995	16.811	9	179.278	91	55.910	45	67.639	55

Ano	Sul				Brasil			
	À vista	%	Financiado	%	À vista	%	Financiado	%
1991	59.850	43	78.554	57	96.322	53	83.944	47
1992	50.974	37	86.080	63	122.199	56	96.282	44
1993	41.059	16	217.220	84	148.896	22	537.649	78
1994	34.208	14	210.123	86	140.062	24	444.883	76
1995	23.513	10	220.413	90	96.234	17	467.329	83

¹Desconsideradas as Regiões Centro-Oeste e Norte que têm importações insignificantes.

Fonte: Secretaria da Receita Federal (SRF).

tura, ao contrário do que a realidade objetiva mostra com nitidez. A crise do balanço de pagamentos, como elemento macroeconômico mais amplo, porá freio a essas argumentações.

Finalizando, torna-se necessário destacar a origem do algodão importado pelo Brasil, onde nota-se a preponderância do Paraguai, seguido dos Estados Unidos, da Argentina e da Rússia (Tabela 11). Na verdade, essa análise da procedência do algodão revela-se apenas par-

TABELA 11 - Importação de Algodão em Pluma, Segundo a Origem, Brasil, 1992-95

País	1992			1993		
	t	US\$ mil	US\$/t	t	US\$ mil	US\$/t
Argentina	17.100	20.200	1.187	10.301	12.899	1.252
Benin	-	-	-	6.916	8.636	1.249
Camarões	1.700	2.123	1.249	16.997	22.047	1.297
China	-	-	-	13.163	16.437	1.248
EUA	1.144	1.972	1.724	56.843	72.672	1.278
Grécia	-	-	-	47.824	66.576	1.382
Índia	-	-	-	19.873	24.713	1.244
Mali	850	1.034	1.204	46.944	58.754	1.273
Paquistão	2.531	2.841	1.101	3.723	4.144	1.113
Paraguai	85.252	111.152	1.304	110.058	152.945	1.389
Rússia	52.584	52.584	1.213	78.394	97.572	1.245
Turquia	-	-	-	35.491	44.211	1.246
Uzbequistão	-	-	-	7.242	8.678	1.198
Outros	3.945	3.945	2.186	45.254	58.584	1.205
Total	105.115	165.115	1.283	408.935	648.869	1.302
País	1994			1995		
	t	US\$ mil	US\$/t	t	US\$ mil	US\$/t
Argentina	62.500	100.441	1.607	34.790	67.4534	1.939
Benin	16.986	29.861	1.573	20.984	38.745	1.846
Bermudas	-	-	-	27.926	54.552	1.953
Camarões	5.509	7.408	1.361	6.895	14.087	2.043
EUA	54.448	35.349	5.344	42.954	77.008	1.816
Grécia	5.282	6.465	1.225	2.380	4.713	1.980
Mali	14.346	18.440	1.285	9.000	17.372	1.930
Paquistão	1.316	2.361	1.797	-	-	-
Paraguai	76.334	126.817	1.660	74.813	153.796	2.001
Rússia	76.913	119.984	1.560	29.169	36.974	1.833
Turquia	1.897	2.295	1.209	-	-	-
Uzbequistão	23.272	34.966	1.502	20.502	41.032	2.001
Outros	14.875	27.155	1.825	22.119	42.042	1.001
Total	365.730	501.634	1.535	282.332	548.764	1.943

Fonte: Ministério da Fazenda (MF) e Secretaria da Receita Federal (SRF).

cialmente importante, dentre o que permite aquilatar a influência do MERCOSUL no abastecimento interno. Fica claro pelos dados, que o crescimento das exportações argentinas de algodão não tiveram um efeito decisivo na crise da cotonicultura brasileira, mesmo porque, no seu auge de 1994 as importações brasileiras da pluma portenha atingiram 62,5 mil toneladas. Um fato notável está na primazia das vendas paraguaias, que chegaram a atingir 110 mil toneladas em 1993 e nos anos seguintes ficaram em torno de 75 mil toneladas. O algodão transacionado no mercado internacional, pela presença oligopólica das *tradings companies* não pode ser relacionado a nacionalidades e, como prova disso, basta ver que as Ilhas Bermudas, conhecido paraíso fiscal (mercado financeiro *off shore*), que não constitui nação algodoeira, venderam 27,9 mil toneladas de pluma ao Brasil em 1995 (Tabela 11).

Dessa maneira, são relativas, e mesmo improcedentes, as críticas de que a constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) estaria dentre as causas principais da crise da cotonicultura brasileira. A expansão da produção argentina de 40 mil para 400 mil toneladas, nos anos 90, deu-se com base numa cotonicultura compatível com os padrões mais altos no contexto internacional, mas não tem cabimento relacionar esse crescimento com a crise da produção brasileira. Os volumes argentinos e paraguaios destinados ao Brasil têm sido perfeitamente absorvíveis pelo mercado nacional (170 mil toneladas, somando-se os picos de importações de produtos do MERCOSUL). O problema vem sendo causado pela pluma de outras procedências, que, inclusive, produz transtornos enormes aos técnicos das fiações, porque, à exceção dos Estados Unidos, os padrões de classificação são pouco confiáveis. Mais uma vez fragilizam-se os argumentos de que as importações decorrem de desvantagens competitivas ligadas unicamente ao padrão tecnológico da cotonicultura brasileira, em sendo assim, maiores vantagens teria o algodão argentino e todas as 300 mil toneladas exportadas por esse país seriam para cá destinadas, ou ao menos a maior proporção delas (Tabela 11).

5 - SUCATEADA A VELHA COTONICULTURA,

QUAIS OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO PERFIL DA NOVA COTONICULTURA EM EXPANSÃO?

As pressões oriundas do *déficit* da balança comercial fez o Governo Federal tomar medidas para diminuir os diferenciais de estímulo às importações. Em 1997, apenas o algodão pluma, se adquiridas as 560 mil toneladas previstas para compras no mercado internacional, representaria dispêndios de mais de US\$1,0 bilhão, em um produto que poderia ser obtido internamente. As recentes decisões do Banco Central do Brasil (adotadas em 25/03/97, e em vigor para contratos fechados após 31/03/97) exigindo dos importadores a contratação do câmbio no dia imediato após o desembarque e a imposição de multa no descumprimento da regra, terão efeitos diretos no mercado brasileiro de pluma. Isso iguala o tratamento cambial dado a exportadores e importadores brasileiros e, ainda que com 3 anos de atraso, recompõe as condições competitivas da produção nacional de algodão. As empresas importadoras, com prazos dilatados de pagamento e taxas de juros menores, podiam não apenas financiar o capital de giro via importação da matéria-prima, como usufruírem da vantagem de, aplicando os recursos da venda de produto final por cerca de 210 dias, obterem significativos retornos financeiros. Na conjuntura posterior à efetivação da medida, passa a interessar aos industriais têxteis internalizarem créditos em valores monetários e realizarem práticas de contrato com cotonicultores para compra antecipada de matéria-prima. A reversão da crise da cotonicultura e a própria resposta do mercado à essa nova situação levará algum tempo para concretizar-se. De qualquer modo, elimina-se com o pagamento à vista das importações, um dos pontos básicos da concorrência desleal da pluma importada com a nacional no mercado brasileiro. Se acompanhada de esforço no soerguimento da cotonicultura, a medida governamental será auspiciosa para o complexo têxtil nacional.

Entretanto, deve-se ter claro que a retomada da cotonicultura não reproduzirá (como se a roda da história girasse para trás) a velha cotonicultura. Para tanto, é preciso entender as raízes históricas da anterior para distingui-la da atual em expansão, inserindo-as na contempora-

niedade da competição internacional do mercado de algodão em pluma. A velha cotonicultura de plantio herbáceo da denominada Zona Meridional surge com força após a crise de 1929 que atingiu duramente a economia cafeeira. Antes mesmo dessa crise, havia fracassado a tentativa do capital inglês de montar um amplo pólo produtor de algodão no Norte do Paraná. Como decorrência desse fracasso, emerge a Companhia de Terras do Norte do Paraná que iria lotear mais de 544 mil alqueires paulistas das melhores terras paranaenses dos anos 30 em diante. Após a crise cafeeira, assenta-se no denominado Norte Velho de Assaí, a produção de algodão com base nas pequenas e médias propriedades (PADIS, 1981). Em terras paulistas, também pelo mecanismo de loteamento das antigas grandes fazendas cafeeiras, emerge sob a égide de políticas de estímulo, a produção de algodão (ARAÚJO, 1979 e URBAN et al., 1995).

Quais eram as características estruturais básicas dessa cotonicultura surgida da crise cafeeira, ou seja, da cotonicultura derivada do colonato do café? **A primeira** corresponde à estruturação da produção em pequenas e médias propriedades, onde principalmente a mão-de-obra familiar dava conta da colheita, num sistema de alta qualidade denominado "panha maçã a maçã". As lavouras algodoeiras das grandes fazendas surgem com a disseminação da parceria e do arrendamento que nada mais corresponde à compatibilização da manutenção da grande propriedade com a estrutura familiar de produção e, com isso, das colônias de café surgem as colônias de algodão. **A segunda** decorre da presença marcante do Estado, em especial por intermédio da pesquisa agropecuária paulista na construção da base técnica do algodão meridional. Os principais problemas do algodão brasileiro nos anos 20 eram o comprimento da fibra e a homogeneidade do produto, ambos definidores da qualidade do fio e, por consequência, do tecido (MARTINS, 1940)⁶. Da evolução dessa ação estatal deriva o

modelo de variedade única, com o predomínio de um material genético, ou no máximo dois, nos anos recentes (IAC 17, depois IAC 20 e agora IAC 22). Numa estrutura de pequenas lavouras dispersas, a utilização de poucas (ou uma) variedades consiste num elemento fundamental na obtenção de algodão em pluma de características mais homogêneas. **A terceira** característica decorre de que, tal como no café, o engate com os demais segmentos do complexo têxtil dá-se pela implantação das algodoeiras enquanto estruturas agroindustriais comercializadoras do produto, como agentes do capital comercial, abrindo um elo da cadeia têxtil, entre a cotonicultura e a fiação, inexistente nos principais países algodoeiros (como nos Estados Unidos), pois lá essa agroindústria foi estruturada como prestadora de serviço. Derivado disso, enquanto nos Estados Unidos os cotonicultores comercializam pluma que é a *commodity*, aqui os cotonicultores vendem algodão em caroço, ou seja, matéria-prima a ser transformada em *commodity*.

As transformações econômico-sociais brasileiras, com o processo de modernização agropecuária associado à industrialização da agricultura, aprofundado nos anos posteriores à metade dos anos 60, foram solapando a base dessa velha cotonicultura. A urbanização crescente retirando braços do campo, em especial com a mecanização que aprofundando a sazonalidade, concentra paulatinamente o uso de mão-de-obra na colheita e, com isso, as colônias foram sendo desmontadas, a concentração fundiária eliminou inúmeras propriedades familiares, gerando a contratação de bóias-frias para a colheita de algodão. Numa realidade em que a mão-de-obra para colheita era escassa e de custo cada vez mais elevado

mentes" por meio do qual apenas sementes genéticas estudadas pela pesquisa agrônoma nacional poderiam ser reproduzidas. Assim, evitava-se a introdução de pragas e doenças, exercia-se rigoroso controle da soqueira, impedindo a proliferação de pragas e doenças e, principalmente, garantia-se à indústria de fiação algodão em pluma de características mais homogêneas. Esse foi o pilar da base técnica da cotonicultura brasileira emergente desde os anos 30. Interessante contribuição na análise dessa cotonicultura nos anos 40 corresponde à 1ª Tese Brasileira de Economia Rural, defendida por Ruy Miller Paiva, em fevereiro de 1941, no Texas College (EUA), ele próprio oriundo da equipe de algodão do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo (IAC). Ver então PAIVA (1941) e URBAN et al. (1995), sobre a evolução do complexo têxtil brasileiro.

⁶No comprimento da fibra, predominava de 22 a 24mm, que o melhoramento genético elevou para os 30 a 32mm atuais (padrão predominante no mercado internacional). A produtividade foi elevada na mesma proporção que foram sendo superados um a um os obstáculos à sua evolução, como o aparecimento da murcha nos anos 60 e mais recentemente da ramulose. A homogeneidade foi superada pela instituição do denominado "monopólio técnico da produção de se-

no pequeno período sazonal de safra, o sistema de "panha maçã a maçã" foi sendo substituído pelo "rapa". Assim, pela sua maior produtividade operacional, numa situação em que as algodozeiras não premiavam a qualidade pagando qualquer algodão em caroço como "bica corrida tipo 6", o "rapa" torna-se sistema predominante de colheita, ainda que com piora expressiva da qualidade do produto colhido. A abertura dos anos 90 aprofunda essa crise atingindo duramente os pequenos e médios cotonicultores familiares e os parceiros e arrendatários, afetando as bases do algodão centrado na produção familiar derivada das colônias do café.

A nova cotonicultura em expansão, principalmente no Brasil Central, realiza a transformação da base técnica da cultura, aproximando-a do padrão soja, ou seja, elimina a sazonalidade com a mecanização da colheita. Em qualidade, se o algodão colhido com máquinas mostra-se inferior ao produzido na "panha maçã a maçã", tem características muito superiores ao obtido pelo "rapa". Os custos também são muito menores, com custos de colheita pelo "rapa" tendo girado em torno de R\$1,89/@, colhida nas safras 1995/96 e 1996/97, enquanto que com colheita mecânica esse dispêndio atinge R\$0,87/@. A própria concentração fundiária e a eliminação dos parceiros e arrendatários fez com que a maioria fizesse um caminho sem volta, desfazendo-se dos meios de produção o que torna difícil o retorno, que ainda assim, pela escassez sazonal de mão-de-obra nos picos de colheita, problematiza o revigoreamento da velha cotonicultura. Por outro lado, a opção pela colheita mecânica, alugando colheitadeiras, torna-se difícil pela razão de que as antigas propriedades algodozeiras foram "salvas" da concentração fundiária exatamente pela topografia imprópria ao cultivo mecanizado, em especial da soja, e o são também, por razões idênticas, inadequadas à nova cotonicultura.

Outro aspecto limitante à simples retomada com as bases estruturais anteriores, corresponde ao fato de que a abertura do mercado brasileiro ao algodão importado foi acompanhada, dentro da onda de predomínio do dogma liberalizante, da desmontagem das estruturas de intervenção do Estado que haviam dado sustentação à velha cotonicultura. No Paraná, o monopólio técnico foi rompido no

Governo Requião, permitindo a utilização de sementes de quaisquer variedades, levando à proliferação do uso de variedades importadas. Em São Paulo, embora não tenha havido a extinção do monopólio técnico, não há observância de suas normas, pois tornou-se inócuo com o fim do seguro obrigatório no Governo Fleury, já que era o seguro que vinculava a cobertura de danos à adoção de dado padrão técnico que definia inclusive a variedade recomendada. E mais propriamente a expansão do algodão no Brasil Central, realizada com base nas grandes lavouras mecanizadas, passou a ser realizada pela introdução, na maioria das vezes ao arrepio da legislação, de variedades norte-americanas como a Deltapine Acala 90 e australianas como a CS 50. Na verdade, essa desregulamentação deriva de uma característica fundante da nova cotonicultura, pois a grande lavoura, por si mesma, ao abranger grandes volumes de produção, sucateia o modelo de obtenção da homogeneidade da fibra com o uso de variedade única. Portanto, o velho modelo de regulação estatal agoniza junto com a velha cotonicultura, e a retomada com base na nova cotonicultura de grandes áreas exige esforço em repensá-lo, pois a regulação mostra-se fundamental, mas em novas bases.

A ressalva necessária consiste no fato de que, se representa uma verdade a inadequação do padrão regulatório erigido nos anos 30 e 40 para fazer frente ao desafio da disseminação da nova cotonicultura, também verdadeiro mostra-se o fato de que sem a orquestração de interesses consubstanciando um novo desenho de políticas públicas e uma nova estrutura de regulação, as possibilidades de sucesso são reduzidas. Noutras palavras, realizado o desmonte do velho aparato regulatório estatal, com o Estado Mínimo adveio a crise, para sair dela deve-se também sair do Estado Mínimo para arrepio dos liberais. A questão da variedade mostra-se um aspecto emblemático do fato de que a importação de materiais não representa a saída, mas sim a necessidade de revigorear a pesquisa cotonícola brasileira, redefinindo objetivos, mas com equipes nacionais. Os países limítrofes do MERCOSUL podem ser exemplo para o Brasil nesse campo, primeiro veja-se o caso do Paraguai. Na safra 1992/93 foram cultivados nesse país, parceiro comercial, cerca de 300 mil hectares de algodão

(22% com as variedades nacionais Rebas e 78% com a variedade americana Deltapine, considerada a salvadora da cotonicultura pelos empresários guaranis), e na safra 1993/94 foram plantados 425 mil hectares (16% com Rebas e 84% com Deltapine). Uma grande infestação de mancha azul, que assolou duramente os cultivos de Deltapine, trouxe enormes prejuízos e na safra 1994/95 foram cultivados 325 mil hectares, 60% com Rebas, 20% com INTA (material argentino), 10% com IAC (material brasileiro) e apenas 10% com Deltapine (BENITEZ, 1995). Na Argentina a mesma razão conduziu à supremacia do material portenho, pois a infestação da mancha azul fez prevalecer as variedades Porá INTA, Guazuncho 2 INTA, Gringo INTA (VALEIRO, 1995). Assim, a importação pura e simples de material genético pode trazer enormes problemas ao futuro da cotonicultura brasileira. Portanto, a nova cotonicultura exige um leque mais amplo de alternativas de variedades, e também que tais materiais sejam oriundos de pesquisas nacionais, ao menos na adaptação e prevenção de susceptibilidade a doenças limitantes.

Além dos aspectos já discutidos, há que se considerar que a nova cotonicultura vem forjando uma nova estrutura de mercado redefinindo o papel das algodoieiras dentro do complexo têxtil. As grandes empresas cotonícolas como os grupos Maggi, Sachetti, Tadashi e, principalmente, Maeda são na verdade grandes lavouras mecanizadas associadas a modernas algodoieiras próprias. A principal inovação consiste no fato de que a colheita mecânica de grandes áreas permite o transporte a granel, reduzindo custos de carregamento e sacaria, e de descarregamento com sistemas de alimentação automatizado. Essa associação entre a cotonicultura e a algodoieira leva a significativos ganhos de produtividade, qualidade e eficiência, com a eliminação das tulpas e, dessa forma, diminuindo em muito a demanda sazonal de mão-de-obra, que nas algodoieiras tradicionais são os trabalhadores em maior número. Por outro lado, ao invés da classificação pelo precário método visual centrado em características extrínsecas da pluma, pode-se utilizar o instrumento denominado High Volume Instrument (HVI) na determinação mais precisa das características intrínsecas da fibra, pagando por qualidade laboratorial, método mais compatível com a

evolução do complexo têxtil rumo à qualidade.

As algodoieiras tradicionais estariam então condenadas? A resposta exige várias mediações. Se instaladas em regiões onde a topografia e o próprio solo são limitantes à produção mecanizada em larga escala certamente não há retorno às condições vigentes quando do apogeu de desenvolvimento da velha cotonicultura nos anos 70. Essas estruturas estão condenadas ao sucateamento pela falta de matéria-prima e, como são agroindústrias sazonais de produto único, não há alternativa. Se instaladas em regiões onde pode ser factível a estruturação da nova cotonicultura elas podem ser recuperadas e aprimoradas pois, o princípio do descarçamento por serras não alterou-se de maneira radical desde os anos 50, e uma máquina antiga de 80 serras, se modernizada com acoplamento de sistemas de secagem, pré-limpeza e limpeza, produz algodão em pluma de qualidade até melhor que uma moderna algodoieira de 142 serras, se manejada de maneira adequada. A grande diferença está na produtividade; a primeira produz 6 fardos de 200kg/hora e a segunda 17 fardos de 200kg/hora. A quantidade de matéria-prima disponível e os custos do beneficiamento determinam a rentabilidade da utilização de um ou outro equipamento⁷.

A questão central está na redefinição do papel dessas algodoieiras deixando de atuar como agentes de intermediação, com postura típica do capital comercial tradicional de "comprar barato para vender caro", para passarem a atuar como prestadoras de serviços ou então como modernas agroindústrias operando com base no sistema de contratos, inclusive podendo alugar colheitadeiras para os cotonicultores. A atitude tradicional das

⁷Uma discussão sobre a competitividade e produtividade das algodoieiras e das fiações do Sul-Sudeste do Brasil pode ser encontrada em BESEN et al. (1997). A questão central levantada nesse trabalho consiste no verdadeiro precipício que se abriu entre esses segmentos de interface direta dentro do complexo têxtil. Enquanto a fiação conforma-se como uma agroindústria em franca modernização com a expansão do uso dos filatórios *open end* e *jet spinner*, na maioria das algodoieiras nada mais cresce que o mato e a ferrugem do sucateamento pela falta de matéria-prima. Essa descontinuidade, entretanto, embora abranja a esmagadora maioria das algodoieiras da Zona Meridional, não encontra-se nas estruturas das grandes lavouras do Brasil Central e Norte Paulista. Mesmo no Paraná, a ação de cooperativas como a Cooperativa Agrícola de Campos Mourão (COAMO) tem sido bem sucedida na integração vertical.

algodoeiras brasileiras, simplesmente repassando o crescente ônus do ajuste às condições do mercado aberto para trás na cadeia produtiva, consistiu no elemento determinante da dramaticidade da crise que se abateu sobre a cotonicultura nacional. Vendendo algodão em caroço para uma agroindústria "intermediadora" que não dispunha de mecanismos capazes de enfrentar a concorrência com a pluma importada, os cotonicultores perderam a ponte que os ligava aos demais elos da cadeia têxtil, dado o precipício aberto entre algodoeiras e fiações. Dessa maneira, a nova cotonicultura exigirá das algodoeiras instaladas em regiões viáveis uma ampla modernização gerencial e de procedimentos, sem o que, não apenas a cotonicultura, mas elas próprias estão condenadas.

Essa condenação deriva da crescente financeirização que envolve a produção da *commodity* algodão em pluma. O financiamento da produção de algodão não mais reviverá o período áureo do dinheiro barato do crédito estatal subsidiado dos anos 70, existindo indicações claras de que o Governo Federal elegeu os mecanismos de venda antecipada como o instrumento fundamental de acesso ao crédito. Esses mecanismos exigem que o produtor, mediante uma série de precauções e garantias bancárias, obtenha recursos ofertando papéis que nada mais são do que contratos de venda para entrega futura de produto. Então, qual o produto a ser vendido pela algodoeira? A não ser que também adentre no sistema realizando a compra de papéis de cotonicultores e, portanto, financiando-os de forma antecipada, ou seja, compre papéis e os repasse no mercado de títulos. Ainda assim, trata-se de operação muito mais complexa do que a venda antecipada de papéis pelos próprios cotonicultores (e os grandes já o fazem), com a contratação das algodoeiras para prestarem serviços de beneficiamento na colheita. Esse parece ser o destino das algodoeiras. Por outro lado, esse aprofundamento da financeirização do processo de produção de algodão pode se revelar extremamente excludente ao definir escalas elevadas para viabilizar as operações.

O desafio fundamental das políticas públicas para a cultura consiste em engendrar mecanismos e ações que permitam aliar os ganhos em escala com o plantio de pequenas e

médias lavouras. Com isso, poderiam os arrendatários e proprietários cultivarem algodão com sucesso e obtendo, com o uso do padrão tecnológico de ponta, rendas líquidas elevadas o suficiente para permitirem sua reprodução. Para isso torna-se importante a associação, seja em grupos formais ou informais dentro de um bairro rural, para conformarem uma área plantada com dimensões razoáveis, viabilizando o deslocamento de colheitadeiras até elas na safra. Poderia ser realizada a formação de patrulhas de colheitadeiras pelas cooperativas (que também operariam as algodoeiras) ou o estímulo à proliferação de empresas especializadas em oferecer esse serviço de colheita mecânica (e também de beneficiamento). Por outro lado, o avanço da prática de contratos revela-se um fundamental instrumento de coordenação vertical da cadeia de produção de têxteis, com as fiações e cotonicultores definindo padrões de qualidade e níveis de produção e patamares de preços. De qualquer maneira, esse desafio mostra-se estratégico para um modelo menos regressivo quanto à distribuição de renda, como o que de forma indelével será produzido pelo ajuste a mercado.

Finalizando, resta a demonstração da estrutura de custos associada aos diversos níveis de produção de algodão em caroço, cotejando as pequenas lavouras com as médias e grandes, em cultivos de sequeiro, predominante no Brasil. As pequenas lavouras, com produtividades ao redor de 76 @/ha, em áreas de 16ha, têm custos totais de R\$6,86/@, nível bastante próximo dos R\$7,00, que representou o preço mais comum no início de safra e mais rentável em relação aos níveis de R\$8,20/@, observados em abril de 1997. Ainda assim, as margens brutas seriam de 2% a 16%, ou seja, reduzidas. As lavouras médias, com produtividades de 130@/ha, com área de 54ha, obtêm custos de R\$6,22/@. Esses níveis configuram uma margem bruta de 11% e 24%, para os preços de início e fim de safra, respectivamente. Já as grandes lavouras, com produtividades de 250@/ha, com áreas de 230ha, em média, obtêm custos de R\$5,08/@ e margens de 27 a 38%, para os preços do começo e do final da safra (Tabela 12). Esses indicadores revelam as maiores rentabilidades das grandes lavouras em relação às menores.

Tomando o preço médio, em torno de

R\$7,60/@, a renda líquida total do cotonicultor seria de apenas R\$900,00/ano, ou seja, 7,5 salários mínimos (de maio de 1997, fixado em R\$120,00/mês). Mesmo com produtividades excepcionais de 150 @/ha, a renda líquida alcan-

TABELA 12 - Comparação dos Custos de Produção de Algodão em Carço, Segundo Distintas Escalas e Produtividades, Região Centro-Sul, Brasil, Safra 1996/97

(em R\$/@)

Tecnologia	Produtividade ¹ (@/ha)	Custo de produção ²	Escala média ³ (ha)
Mecânica-animal ⁴	76	6,86	16
Mecanização parcial ⁵	130	6,22	54
Mecanização plena ⁶	250	5,08	230

¹Corresponde à média de rendimento expresso em algodão em carço, encontrada por tipo de cotonicultor.

²Custo operacional total, segundo a metodologia do Instituto de Economia Agrícola (IEA), desenvolvida em MATSUNAGA et al. (1996), com cálculo baseado em financiamento a custos do crédito oficial.

³Na verdade, representa a otimização da patrulha mecanizada disponível na propriedade. No caso da mecanização plena, máquinas de porte ainda mais avantajado permitem operar áreas maiores, mas isso não se constitui na regra.

⁴Preparo do solo e semeadura com trator, tratamentos culturais com animais, pulverização costal motorizada e colheita manual, transporte do produto embalado em sacaria.

⁵Preparo do solo, semeadura, aplicação de herbicidas e defensivos, com trator, mais colheita manual, transporte de produto embalado em sacaria.

⁶As operações são todas mecanizadas, inclusive a colheita e transporte a granel em caminhões.

Fonte: Levantamento de campo.

çaria somente R\$1.776,00/ano (quase 15 salários mínimos). Trata-se de condição que, de maneira alguma, garante a sobrevivência digna de uma família em torno apenas da cultura do algodão. Em regiões como a de Presidente Prudente (SP), onde ainda existem alguns poucos cotonicultores com tal perfil, a inexistência de outras opções de renda adicional, a alternativa das famílias tem sido deixar o campo. Cotejando com a outra ponta, de alta tecnologia, a renda líquida total seria de R\$144,9 mil/ano, ou seja, de 1.207,5 salários mínimos. Nesse caso, a cultura do algodão oferece uma excelente rentabilidade, permitindo a continuidade do empreendimento

em safras futuras e até mesmo estimulando sua expansão.

Em resumo, em todos os indicadores e em todas as facetas a nova cotonicultura parece destinada a configurar-se como lavoura de grandes áreas, com alta tecnologia, perfil muito distinto da velha cotonicultura de parceiros, pequenos arrendatários e das pequenas propriedades familiares. Essa corresponde à característica básica da cotonicultura argentina que avançou de maneira rápida no vácuo deixado pela produção brasileira no mercado internacional e no MERCOSUL, além de representar o padrão vigente na produção texana (EUA). Numa realidade de economia aberta, e uma vez aberta, torna-se difícil (e mesmo indesejável) o retorno à situação anterior, essas condições significam a regra para manter-se competitivo todo o complexo têxtil. A crise já desempenhou seu papel e promoveu (também sem volta) o ajuste no campo econômico e social, sucateando a velha cotonicultura, a produção nacional chegou ao fundo do poço com toda a perda de renda e emprego verificada. Exatamente esse corresponde à principal função da crise em economias capitalistas, desmontar a velha ordem, sobre as cinzas da qual emerge-se viçosa a nova ordem. Tão capitalista quanto a primeira, mas nem por isso exatamente a anterior. A nova cotonicultura configura-se como necessária, dada a realidade que aí está, com uma mãozinha do Estado, ela virá como um turbilhão de crescimento da renda e com aumento do emprego. E as velhas colônias são coisas do passado na nova cotonicultura onde as máquinas substituem postos de trabalho. Essa tem sido a sina do trabalhador no desenvolvimento capitalista, e como dizia meu velho avô Alcides, lavrador sem terra: "**o que está feito, está feito, e não adianta chorar o leite derramado**".

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira no seu processo de abertura dos anos 90 configurou uma realidade de inexistência de barreiras de proteção da produção interna de algodão em pluma e, com isso, houve uma rápida redução da oferta de pluma. Os aumentos das importações tornaram o Brasil, de um dos principais

exportadores de pluma, na maior nação importadora. Essa realidade mostra-se preocupante dadas as pressões crescentes dessas aquisições sobre o balanço de pagamentos e pelo fato de que está em risco, num futuro próximo, a própria indústria têxtil nacional. Os industriais têxteis mais conscientes têm manifestado reiteradamente suas convicções, embasadas na visualização da realidade do complexo têxtil no contexto internacional, de que não existe nação relevante da produção de têxteis que não esteja lastreada numa cotonicultura forte. Afinal, as máquinas têxteis, por mais informatizadas e modernas que sejam, não produzem ainda pluma de algodão (principal matéria-prima industrial e que, pela tendência mundial recente, continuará sendo ainda por longos anos). **A pluma de algodão dos que passam pelos filatórios e teares inteligentes tem sua qualidade e quantidade definida na roça. Daí ser medida inteligente, por parte desses industriais, preocupar-se com a situação dos cotonicultores. Mais ainda agora, com as importações pagas. É vista.**

Essa cotonicultura necessária, entretanto, de maneira alguma representa a recomposição da antiga cotonicultura derivada das colônias das fazendas de café. Trata-se de outra cotonicultura, mais intensamente mecanizada, realizada em condições edafoclimáticas facilitadoras de incrementos de qualidade, além da obtenção de maiores produtividades. Certamente a heterogeneidade continuará sendo ainda por muito tempo a marca da cotonicultura brasileira, mas, enquanto numa ponta as grandes lavouras exploram oportunidades e progridem, noutra ponta as pequenas lavouras familiares aumentam a autoexploração e regridem. **Esse parece ser o cenário mais provável da nova cotonicultura brasileira, competitiva e capaz de enfrentar de igual para igual a Argentina e retomar não apenas a hegemonia no mercado nacional, mas de se inserir novamente no mercado internacional. Ela cresce noutro tempo, noutro lugar e noutras bases, estruturalmente distinta da velha cotonicultura. Mas, ressalvase que a história não se escreve de véspera, e seu curso pode revelar o anteriormente impensável.**

Outro aspecto a destacar está na

confusão rotineira de que mercado aberto seria sinônimo de mercado autoregulável, ou de situação de competição perfeita. O caso da pluma e outros produtos têxteis mostra bem que isso não corresponde à realidade. Mercado aberto significa que, numa economia globalizada, bens e serviços de qualquer procedência podem adentrar em dado país livres de constrangimentos econômicos, sejam tarifários, não tarifários ou de outra ordem. Com isso, se na origem existem práticas de subsídios e de mecanismos estimuladores das exportações, essas condições acabam promovendo a concorrência desleal com a produção interna do país importador. Ora, a concorrência desleal nega peremptoriamente a idéia de mercado auto-regulável pois, os subsídios e outros mecanismos de *dumping* da origem destroem os pressupostos da autoregulação. **A realidade mundial de produtos da agricultura**

mostra que o mercado auto-regulável continua sendo uma ilusão, como tem sido desde que o comércio é comércio. Mas há os que ainda acreditam em contos da carochinha.

LITERATURA CITADA

- ARAÚJO, Jadir. **Aspectos da formação da agricultura de Dumont.** Jaboticabal: FCAVJ/UNESP, 1979. (Trabalho de Graduação).
- AYER, H. W. **The costs, returns and effects of agricultural research in a development country: the case of cotton seed research in São Paulo.** Purdue: University. Purdue, 1970.
- BENITEZ, Rosita. Paraguay: situacion y perspectivas del algodón. In: REUNIÃO NACIONAL DO ALGODÃO, 8., Londrina, 28 ago. - 01 set. 1995. Londrina: IAPAR, 1995. Mimeo.
- BESEN, Gracia M. V. et al. **Competitividade e produtividade das algodozeiras e das fiações do Sul-Sudeste do Brasil.** Curitiba: IPARDES, 1997. Mimeo.
- GONÇALVES, José S. Agricultura brasileira no Mercosul e no mercado internacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.82, p. 69-106, maio/ago. 1996.
- GONÇALVES, José S.; MARTIN, Nelson B. Agricultura e neo-liberalismo: o fracasso das renegociações recentes dos acordos multilaterais de produtos básicos do mercado mundial. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.41, t.2, p.29-56, 1994.
- LOPES, Mauro R. Acordo agrícola: uma paz armada. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v.48, n.4, p.19-21, abr. 1994.
- MARTINS, Raimundo Cruz. Algodão. **Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia**, São Paulo, v.23, n.2, p.214-216, 1940.
- MATSUNAGA, Minoru et al. Metodologia de custos de produção utilizada pela IEA. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.23, t.1, p.123-140, 1976.
- PAIVA, Ruy M. **Factors affecting cotton production in Southern Brazil.** Austin: Faculty of the Agriculture and Mechanical College of Texas, 1941. 87p. Thesis-MS.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** Curitiba: Hucitec, 1981.
- URBAN, Maria L. P. et al. **Estudo da competitividade do algodão do Centro-Sul brasileiro.** Curitiba: IPARDES/FAO, 1995.
- VALEIRO, Alejandro. Argentina: situacion y perspectivas del algodón. In: REUNIÃO NACIONAL DO ALGODÃO, 8., Londrina, 28 ago. - 01 set. 1995. Londrina: IAPAR, 1995. Mimeo.

CRISE DO ALGODÃO BRASILEIRO PÓS-ABERTURA DOS ANOS 90 E AS CONDICIONANTES DA RETOMADA DA EXPANSÃO EM BASES COMPETITIVAS

SINOPSE: O objetivo do trabalho consiste na procura do entendimento dos mecanismos e dos impactos da abertura da economia brasileira nos anos 90 sobre a cotonicultura nacional, que

Informações Econômicas, SP, v.27, n.3, mar. 1997.

+ 田

acabou por transformar um importante exportador mundial na maior naç/ o importadora de algod/ o em pluma do mercado internacional. Por fim, procura apresentar o perfil da nova cotonicultura em expans/ o, centrada na grande lavoura com colheita mecânica, frente ao sucateamento da velha cotonicultura, m/ o-de-obra intensiva, originária do colonato do café na Zona Meridional (S/ o Paulo e Paraná).

Palavras-chave: *cotonicultura, algod/ o em pluma, mercado internacional, política agrícola.*

BRAZILIAN COTTON CRISIS AFTER THE OPENING OF THE 90 *s AND THE CONDITIONS FOR COMPETITIVE EXPANSION RECOVERY

ABSTRACT: *This paper aims to analyze the mechanisms of the opening in the Brazilian economy in the 90 *s and its impact on the national cotton production. From a leading exporter of cotton, Brazil became main importer. In addition, this study discusses the characteristics of the new expanding cotton production that is presently centered on mechanical harvest, due to the collapse of the old backward system with intensive labor stemmed from the colonial coffee haciendas of the southern states of Sao Paulo and Parana.*

Key-words: *cotton cultivation, raw cotton, international market, agricultural policy.*

Recebido em 05/05/97. Liberado para publicação em 23/05/97.